

## FICHA DOUTRINÁRIA

Diploma: CIVA

Artigo: 3º, nº 4

Assunto: Cessão de posição contratual

Processo: A100 2007171 – despacho do Director-Geral dos Impostos, em 05-11-2007

Conteúdo:

1.A exponente exerce a actividade de gestão e investimento imobiliário e compra de imóveis para revenda.

2.No âmbito da sua actividade celebrou em Dezembro de 2004, com a sociedade de direito indonésio A, um contrato de exploração de gás e petróleo tendo criado, para o efeito, um estabelecimento estável na República da Indonésia.

3.Pelo facto da execução daquele contrato constituir um ramo de actividade autónomo da exponente, não fazendo sequer parte do seu "*core business*" pretende, a mesma, desafecta-la transferindo-o para uma sociedade cujo objecto é a prossecução deste tipo de actividades.

4. Assim pretende efectuar uma cessão onerosa da sua posição contratual à firma B, incluindo nesta cessão o atrás referido estabelecimento estável.

5.O estabelecimento estável em causa é composto de vários imóveis propriedade da exponente e outros arrendados, vários bens móveis nomeadamente um automóvel, dois barcos, material de perfuração diverso e equipamento de escritório, de segurança e de campo.

6.Inclui ainda o pessoal que está afecto ao desenvolvimento da actividade resultante da execução deste contrato.

7.A firma B é sujeito passivo de IVA pela actividade de exploração, comercialização e distribuição de produtos nas áreas do carvão e outros recursos naturais assim como de hidrocarbonetos líquidos, gases e seus derivados, designadamente gás, gasolina e gasóleo entre outros.

8.Questiona a exponente se esta operação de cessão de posição contratual para a sociedade B está sujeita a tributação em sede de IVA.

9.Nos termos do nº 4 do artº 3º do Código do IVA (CIVA) "*Não são consideradas transmissões as cessões a título oneroso ou gratuito do estabelecimento comercial, da totalidade de um património ou de uma parte dele, que seja susceptível de constituir um ramo de actividade independente, quando, em qualquer dos casos, o adquirente seja, ou venha a ser, pelo facto da aquisição, um sujeito passivo do imposto de entre os referidos na alínea a) do nº 1 do artº 2º*".

10.Com este preceito legal pretendeu-se, por um lado, introduzir uma medida de simplificação na mecânica do imposto e, por outro lado, não onerar a tesouraria de ambas as empresas, cedente e cessionária.

11.Pretendeu-se, assim, que as operações nele enquadráveis não implicassem a obrigatoriedade de liquidar imposto, dada a complexidade administrativa que as mesmas podem representar e os efeitos financeiros que podem gerar.

12.De facto, na ausência do dispositivo legal em análise, o funcionamento normal da tributação traduz-se, apenas, na liquidação de imposto intermédio,

sem qualquer consequência que não seja a entrega ao Estado do imposto liquidado pelo cedente e a correspondente dedução, nos termos gerais, pelo cessionário.

13.No caso controvertido verifica-se que estamos perante a cedência de um património susceptível de constituir um ramo de actividade independente, transmitido a um sujeito passivo de imposto com o fim de o explorar.

14.Deste modo, tem lugar a aplicação do disposto no n.º 4 do art.º 3.º relativamente à transmissão de bens uma vez que se trata da transferência onerosa de elementos corpóreos e do n.º 5 do art.º 4.º do CIVA que estende o regime, previsto no n.º 4 do art.º 3.º, às prestações de serviços, já que a cedência de direitos e obrigações é, para efeitos de IVA, configurável como uma prestação de serviços.

15.Assim, esta cessão onerosa de posição contratual que juntamente com o património forma uma unidade de facto que é o estabelecimento estável situado na República de Indonésia deve ser considerada operação não sujeita a IVA.